

SUICÍDIO JUVENIL E SOCIEDADE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Eugênio Luedke Filho¹
Ângela Della Flora²
Luís Roberto Sousa Mendes³

RESUMO: O presente artigo aborda a temática do suicídio juvenil, a partir de contribuições das áreas de Sociologia, Filosofia, Psicologia Social e Teologia, devido a complexidade que envolve o suicídio juvenil, considerado um problema de saúde pública em vários países, inclusive no Brasil, que está entre os oito países, em que este número segue aumentando gradativamente nas últimas décadas. Tem como objetivo geral analisar a condição juvenil na sociedade contemporânea e sua relação com o crescente número de suicídio e automutilação de jovens, nas duas últimas décadas. Para alcançar tal objetivo foram estabelecidos quatro objetivos específicos: a) apresentar as definições do que é ser jovem na atualidade, a partir das áreas apontadas acima; b) explorar dados referentes ao suicídio e a automutilação de jovens no Brasil; c) tecer possíveis relações entre o modelo de sociedade atual com o fenômeno do suicídio juvenil; d) apresentar possíveis caminhos para a compreensão deste complexo fenômeno, que não se esgota com este estudo. Essa pesquisa é de natureza básica, de caráter exploratório e bibliográfico. A forma de tratamento dos dados é qualitativa, fundamentada em vários autores clássicos e contemporâneos das áreas supracitadas, além de dados estatísticos atuais levantados previamente por organismos de pesquisa reconhecidos. Constata-se que o atual modelo econômico atua tanto nos níveis estruturais como subjetivos da sociedade em especial, principalmente no comportamento juvenil, operando de acordo com interesses do mercado e da indústria mundial que impõe padrões do que é ser jovem. Nesta complexa trama social e subjetiva os jovens não conseguem viver sua juventude de forma plena e saudável, nem sonhar com outro mundo possível, pois são obrigados a assumir atribuições incompatíveis com sua idade e condição, provocando assim, sérios problemas de saúde a ponto de muitos perderem totalmente, a razão de viver.

Palavras-chave: Juventude. Sociedade Capitalista. Suicídio. Utopia Transformadora.

ABSTRACT: The present paper proposes to investigate the theme of the youthful suicide, based on contributions from sociology, philosophy, social psychology and theology. It is justified by the fact that youthful suicide is already considered a public health problem in several countries, including Brazil, because it is among the eight countries in which the number of youthful suicides

¹Eugenio Luedke Filho: Universidade Federal de Santa Catarina. Grupo de Pesquisa Filosofia da Informação: Reflexos e Reflexões, Departamento de Ciência da Informação. (CIN/CED). Graduado em Pedagogia (2011). Especialista em Educação Especial e Educação Inclusiva (2012). Especialista em Educação e Realidade Brasileira pela Universidade Federal de Santa Catarina (2018). Graduando em Teologia na Faculdade Católica de Santa Catarina e Graduando em Filosofia na Universidade do Sul de Santa Catarina. eugenioluedke@hotmail.com

²Professora Ms. Ângela Della Flora é professora de sociologia e ciência política no Departamento de Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação onde pesquisa a branquitude no Oeste catarinense e seu entrelaçamento com a memória social. angela.della.flora@ufsc.com

³Luís Roberto Sousa Mendes é Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Filosofia Política pela Pontifícia Universitá Antonianum. Líder do grupo de pesquisa Filosofia da Informação: reflexos e reflexões. Departamento de Ciência da Informação da UFSC. Florianópolis-SC. mendesluis@ufsc.br

continues to increase gradually in the last decades. It has like general objective to analyze the juvenile condition in contemporary society and its relationship with the increasing number of suicide and self-mutilation of young people in the last two decades. To achieve this objective, four specific objectives were defined: a) to understand what is youth in the present days from the areas pointed out above; b) to explore data about suicide and self-mutilation in Brazil in the last two decades; c) to establish possible relations between the current model of society and the phenomenon of juvenile suicide; d) to present possible ways to understand this complex phenomenon that is not exhausted with this study. This research is of a basic nature, of character exploratory and bibliographical, and the form of data treatment is qualitative, based on several classical and contemporary authors of the aforementioned areas, as well as current statistical data previously collected by recognized research organizations. It can be seen that the current economic model, acts on both the structural and subjective levels of society and his youth, it operates according to market interests and the world industry that imposes standards of what it is to be young. In this complex social and subjective woof, they do not manage there lives his youth in a full and healthy way, dreaming of another possible world, for they are forced to assume assignments incompatible with their age and condition, generating serious health problems to the point that many lose totally the reason to live.

Keywords: Youth. Capitalist Society. Suicide. Transforming Utopia.

INTRODUÇÃO

Vive-se no tempo da coisificação humana e da humanização de coisas. Vidas e relações humanas são tratadas como coisas descartáveis, líquidas e com validades pré-estabelecidas (BAUMAN, 2007). A vida humana está perdendo sua razão de ser em si mesma, a ética do mercado instrumentalizou a vida conforme os interesses do mercado capitalista neoliberal. Como afirma Marx (2002, p.94), “os objetos adquirem como que vida própria e se tornam mais importantes do que a singularidade humana, plenamente subjugada pelo mecanismo social do dinheiro, regido por dispositivos artificiais que negam a condição humana. Em vista dessa realidade social, em que o valor da vida é relativizado conforme os interesses da ética utilitarista, a presente pesquisa objetiva explorar a relação de algumas características da sociedade capitalista neoliberal com o aumento do suicídio e automutilação de jovens nas duas últimas décadas. Sabendo da amplitude, da complexidade e das contradições que envolvem os estudos e as teorias sobre o fenômeno do suicídio, este estudo limita-se a uma análise sócio comportamental que aborda o suicídio entre os jovens, transversalmente, envolvendo as áreas da Sociologia, Filosofia, Psicologia Social e Teologia. Cientes de que não será possível esgotar os inúmeros questionamentos sobre este tema, busca-se responder a seguinte questão: qual a relação

entre o crescente número dos suicídios e automutilações de jovens no Brasil com a forma de viver ou não plenamente a condição juvenil na sociedade contemporânea?

Esta pesquisa justifica-se principalmente pelo fato de que o comportamento suicida entre jovens já é considerado um problema de saúde pública em muitos países.⁴ No Brasil, de acordo com os últimos dados do Ministério da Saúde (MS) publicados em 2014, foram contabilizados mais de 16 mil casos de suicídios. Para além dos casos consumados existem muitos outros que sobreviveram a esse impulso suicida e precisam de ajuda para reencontrar uma razão e sentido para viver. Isto porque, geralmente, o suicídio é apenas a ponta do *iceberg* para quem já não encontra outra saída para livrar-se da angústia do sofrimento que está sentindo, pois “[...] estima-se que a cada dez tentativas de tirar a própria vida apenas uma termina em morte” (BOTEGA, 2015, p.64).

O suicídio, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é caracterizado como: “[...] um ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional, usando um meio que acredita ser letal” (OMS, 2018, p. 6). Todavia, entre os psicólogos e sociólogos modernos, fundamentados principalmente em Émile Durkheim, há quase um consenso de que o suicídio é resultado de comportamentos coletivos, sintomas de uma patologia social e não apenas um problema pessoal ou individual (VARES, 2017). Quando se observa os hábitos e atitudes da juventude nascida na sociedade chamada “tecnológica” e “globalizada” do século XXI, percebe-se que correspondem aos moldes construídos pelo modelo sócio-político-econômico neoliberal. Neste sentido, concorda-se com Stuart Hall (2005, p.13), de que a “[...] identidade do sujeito é definida historicamente, e não biologicamente.” Possivelmente, seja nesse processo de modelização das subjetividades juvenis que as utopias transformadoras são suprimidas e, conseqüentemente, desenvolve-se uma mentalidade suicida fruto da distopia ou desesperança social.

Estas utopias transformadoras consistem na capacidade de sonhar com um mundo melhor, onde o jovem tenha plenas condições de desenvolver-se. São as utopias que lhe impulsiona a olhar para além da realidade concreta que lhes é imposta e assim poder transformá-la. Quando por diversas razões estas utopias lhes são suprimidas, o

⁴ De acordo com Botega “comportamento suicida” consiste em “[...] qualquer ato de autoagressão, independente do grau de intenção letal” (2015, p.76).

jovem é impelido às condições muitas vezes desumanas e a conformar-se com as injustiças sociais que lhes são impostas. Esta opressão sociomercadológica, muitas vezes invisível, faz com que muitos jovens percam gradativamente a razão de ser e existir, tornando o suicídio cada vez mais frequente e, infelizmente, como a única possibilidade vislumbrada por esses jovens para livrar-se desta situação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a condição juvenil na sociedade contemporânea e sua relação com o crescente número de suicídio e automutilação de jovens nas duas últimas décadas. Para alcançar tal objetivo geral foram estabelecidos quatro objetivos específicos: a) definir o que se compreende por juventude na atualidade; b) explorar alguns dados referentes ao suicídio e a automutilação de jovens no Brasil; c) tecer possíveis relações entre o modelo de sociedade atual com o fenômeno do suicídio juvenil; d) apresentar possíveis caminhos para a compreensão deste complexo fenômeno, que não se esgota com este estudo.

Na primeira seção, apresentam-se algumas definições, a partir da contribuição de diversos autores, do que se compreende por juventude. Na segunda seção, exploram-se alguns dados do Suicídio no Brasil, fundamentando-se em dados da OMS, MS e estatísticas de outros organismos de pesquisa, referentes ao suicídio no Brasil, com principal enfoque na questão juvenil. Na terceira seção, com intuito de apresentar a relação entre a sociedade capitalista e o fenômeno do suicídio aborda-se a problemática do suicídio a partir da Revolução Industrial (MARX, 2006), quando esse problema passou a ser compreendido como uma patologia social (DURKHEIM, 2014), relacionada diretamente com o modo de produção e organização da sociedade capitalista, bem como as teorias da coisificação humana e a modelização das subjetividades juvenis (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Na quarta seção, apresentam-se os desafios de ser jovem na sociedade de consumo, a partir do conceito da *moratória social* e *moratória vital* (MARGULIS; URRESTI 1996), da modelização midiática massificada e homogeneizadora dos jovens (BAUMAN, 2011), identificando as influências dessas patologias na supressão das utopias transformadoras

(BLOCH, 2005). E por fim, apresenta-se como caminho possível para superação desses mecanismos modeladores e massificadores a reconstrução das grandes utopias transformadoras, no intuito de que o jovem volte a sonhar com um mundo diferente, mais digno e humanitário, onde a vida tenha seu supremo valor.

Esta pesquisa é de natureza básica de caráter exploratório bibliográfico e a forma de tratamento dos dados é qualitativa. Optou-se por uma metodologia exploratória, com intuito de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado a fim de criar novas hipóteses e realizar novas pesquisas. Este tipo de pesquisa apresenta menor rigidez no planejamento, pois é organizada com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (GIL, 1999), aliado ao fato de que os estudos exploratórios são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas em que se procura esclarecer e definir a natureza de um problema, principalmente quando pode haver inúmeras explicações e alternativas possíveis (ZIKMUND, 2000).

Esta pesquisa está fundamentada em dados e teorias já publicadas por alguns autores clássicos e contemporâneos e não conta com uma pesquisa profunda de campo. A primeira vista, a contribuição das ideias dos diferentes autores parece ser incompatível entre si, porém, cabe-nos ressaltar, que não se busca aprofundar ou defender o pensamento de nenhum autor específico, mas apresentar diferentes percepções em relação ao tema pesquisado. As opiniões distintas tendem a enriquecer a pesquisa, que é de caráter transversal e interdisciplinar, aclarando essa problemática tão complexa que é o suicídio juvenil.

DEFINIÇÕES DE JUVENTUDES

Que tipo de sociedade é esta, em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões; em que se pode ser tomado por um desejo implacável de matar a si mesmo, sem que ninguém possa prevê-lo? (MARX, 2006, p. 28).

Segundo o Censo Demográfico de 2010, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil vivem, aproximadamente, 51 milhões de jovens, com idade entre 15 e 29 anos. Segundo o IBGE nunca houve e, provavelmente, não haverá

tantos jovens no Brasil, como nesse período histórico em que se vive. Essa geração nasceu num país sem ditadura, sem medo da inflação e apesar das desigualdades sociais nasceram conectados com um mundo sem fronteiras, onde a tecnologia permite trocas em múltiplos tempos e espaços (SPADARO, 2012).

Pensar a condição juvenil é, portanto, refletir sobre uma ou algumas de suas faces, um ou alguns de seus conflitos, uma ou algumas das formas como se manifesta na história. Na década de 1970, os jovens eram movidos por ideologias políticas, possuíam sonhos grandiosos e utópicos, na década seguinte, a juventude possuía sonhos possíveis, mas a realização desses sonhos tinha um fim individualista, que geralmente era um bem de consumo material já motivado pela globalização neoliberal. Já, nas décadas seguintes,

[...] a pós-modernidade veio com outro apelo. Acenava-lhes unicamente com o presente. Diz-lhes: esqueçam o passado! Não se queimem por futuro impossível! Vivam o presente! Este presentismo se manifesta na perda da consciência histórica e ética (LIBANIO, 2011, p.144).

Esses apelos originou uma geração sem utopias, que se conforma em reproduzir modelos midiáticos fabricados pelas mídias de massa. Esta atitude de passividade, na perspectiva de Mannheim (1978), não é natural, haja vista que a juventude possui um potencial de mudança e uma originalidade própria. Esta potencialidade está relacionada ao fato de não estarem os jovens totalmente controlados pelo *status quo* da sociedade, o que lhes permite ser protagonistas das transformações sociais. Portanto, ao falar de juventude, deve-se perguntar de qual juventude se está falando? Juventude negra, parda ou branca, masculina ou feminina, homo ou heterossexual, do campo ou da cidade, do centro ou da periferia, pobre ou rica. Diante dessa pluralidade de juventudes definidas a partir de grupos sociais concretos, Groppo (2000) afirma que não se pode trabalhar com um único conceito de juventude, mas com o termo juventudes, a fim de compreender a multiplicidade de condições juvenis presentes na sociedade brasileira.

Outra questão complexa é conceituar, o que define ser jovem na contemporaneidade? No Brasil, segundo a Lei n.º 12.852, de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, considera-se jovem as pessoas na faixa etária dos 15 aos 29 anos,

levando-se em conta o tempo de formação escolar e profissional, ressaltando que os jovens entre 15 e 18 anos permanecem sujeitos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, essa definição biológica pode ser variável, pois o jovem, além de ser uma condição biológica é também resultado de uma herança social e cultural (SOUSA, 2006). Percebe-se que há várias definições para jovem, como por exemplo: a Nações Unidas e a OMS consideram jovens, partindo de uma condição biológica, ou seja, os indivíduos com idade entre 15 e 24 anos; Sakamoto (2018) já define como jovens aqueles que estão com idade entre 12 e 32 anos, a partir de uma realidade globalizada e tecnológica atual, iniciando-se com a marca biológica da puberdade e se estendendo até o primeiro período da fase adulta, quando se consolidam ou deveriam consolidar-se os valores pessoais, princípios éticos e muitas outras escolhas: como ocupação profissional, laços afetivos, independência financeira e outros elementos que garantem sua autonomia.

Bourdieu afirma que não é possível limitar juventude apenas biologicamente ou restringir juventude apenas a um signo, “[...] a juventude é apenas uma palavra, somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (1983, p.113). Com essa afirmação provocadora, o referido autor busca mostrar que as divisões em classes de idade ou em gerações são variáveis e facilmente tornam-se objetos de manipulação. Portanto, juventude e velhice seriam apenas construções sociais oriundas da luta entre os jovens e os velhos. Encontra-se semelhante pensamento na resposta do Papa Francisco em uma entrevista ao jornalista Thomas Leoncini, quando questionado sobre o que é juventude?

Juventude não existe. Quando falamos de juventude, muitas vezes nos referimos ao mito da juventude. Porém gosto de pensar o que existe em seu lugar, são os jovens. Muitas vezes nos deixamos levar pela cultura do substantivo. A juventude, claro, é um substantivo, mas um substantivo sem um suporte real; é uma ideia que permanece órfã de uma criação visual (FRANCISCO, 2018, p. 16).

Essa definição é fundamental para não perder-se de vista a certeza de que se está falando de pessoas reais, de vidas. Nesse sentido, Margulis e Urresti (1996) respondem a provocação de Bourdieu, afirmando que “[...] a juventude é mais que uma palavra.” Com essa afirmação eles buscam superar as concepções de juventude relacionadas a uma categorização etária ou a um grupo com características uniformes. Ambos autores

apontam que “[...] a condição histórico-cultural de juventude não se apresenta de igual forma para todos os integrantes da categoria estatística jovem.” (1996, p. 25). Concordando com Franco (2014, p. 420) percebe-se que “o conceito de juventude tem sido forjado nos confrontos e negociações discursivas, com fins de normatizar e normalizar o que significa ser jovem e como essa parcela da população deve se relacionar com o mundo e consigo própria.”

Por outro lado, muitos sociólogos afirmam que a juventude é apenas uma construção social, tendo em vista que, em muitas culturas antigas, havia apenas três categorias: crianças, adultos e anciãos. Segundo Franco (1994) foi, aproximadamente, em meio às duas guerras mundiais, que o objeto juventude foi fabricado, com o intuito de reduzir o número de alistamentos e garantir a mão de obra nos países que não estavam em guerra. No período pós-guerra, com o aumento da expectativa de vida, esse grupo etário (jovem) passou a ser alvo do mercado, das ideologias consumistas e com fetiche da juventude eterna, esse período da vida apresenta-se cada vez mais amplo (FRANCO, 1984). Nessa mesma perspectiva, afirma Soares que:

[...] a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos momentos históricos, múltiplas referencias, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (SOARES, 1982, p. 37).

Neste sentido, Margulis e Urresti (1996) chamam a atenção para a forma desigual com que a juventude manifesta-se, de acordo com os fatores sociais a que está submetida, como classe social, gênero, cor, raça, residência e origem étnica. Os autores também concordam que não se deve considerar apenas os critérios biológicos de idade para definir juventude, uma vez que não é um conceito unívoco. Todavia, estes autores vão além da definição social, eles buscam compreender as especificidades internas dos diversos modos de viver das juventudes. Para isso Margulis e Urresti (1996) lançam mão das noções de *moratória social* e *moratória vital*⁵, para descrever um período de relativa despreocupação e de postergação do ingresso às responsabilidades da vida adulta

⁵ Termos cunhados por Erik Erikson (1976) e atualizado por Margulis e Urresti (1996).

(*moratória social*) como também um período da vida em que os jovens são munidos de uma energia e vitalidade natural de transformação (*moratória vital*).

Para os referidos autores, a *moratória social* consiste em uma etapa da vida reservada, por acordo social para todos os jovens, como um tempo quase exclusivo para o estudo, cultura e lazer. No entanto, apenas alguns jovens das classes sociais mais favorecidos economicamente desfrutam deste direito. Já, os jovens das camadas populares não podem desfrutar deste direito, tendo em vista que, entre outros motivos, são obrigados a ingressar prematuramente no mercado de trabalho e assumir obrigações familiares desde a adolescência. Isso faz com que se tenham dois grupos de vivência e possibilidades de desenvolvimento distintos.

Como um conceito complementar, trabalham a *moratória vital* para compreender o período da vida marcado por certo capital temporal (tempo de vida) e capital energético acumulado. Esse potencial dá ao jovem a sensação de segurança e estabilidade, elementos que geralmente não estão presentes nos indivíduos de idade mais avançada. Essa *moratória* deveria definir a noção da existência dos jovens em todas as classes sociais, todavia, com a redução ou subtração total da *moratória social* dos jovens das classes populares, essa força vital tende a subsistir apenas nos jovens de classe média e alta. Isso porque, a força vital da condição juvenil nas classes populares foi consumida, prematuramente, durante o período da *moratória social* que não pode ser usufruída, devido a necessidade de trabalhar, sustentar a família e a si próprio.

Isso resulta na existência de jovens não juvenis, ou seja, indivíduos que biologicamente estão na faixa etária que compreende a juventude no Brasil (15-29 anos), no entanto, sua força vital já se equipara aos de mais idade. Como afirma Mannheim (1978, p.94), “[...] as reservas vitais e espirituais da juventude são deliberadamente negligenciadas enquanto não houver desejo colidente contra as tendências até então vigentes na sociedade.” Essa negligência das estruturas sociais manifesta-se na desigualdade social, conforme apresenta uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e citado pela Agência Brasil (2013, p.2):

De um lado, jovens brancos, bem vestidos, com um bom nível de escolaridade e trabalhando com carteira assinada. De outro, jovens negros,

maltrapilhos, analfabetos e trabalhando na informalidade para comprar comida. O quadro de extrema desigualdade citado no exemplo acima, tão comum no Brasil, está entre as principais causas da violência entre jovens.

Essa distinção de juventudes também fica claro no Atlas da Violência no Brasil de 2018, elaborado pelo IPEA. Nesse estudo, percebe-se um retrato da desigualdade racial, de classe e gênero no país, pois, 56,5% dos óbitos de brasileiros são de homens jovens, desses óbitos causados de forma violenta, 71,5% são de pessoas negras ou pardas. Outro fato preocupante é a violência contra as mulheres que aumentou 6,4% nos últimos 10 anos, além do que 71,5% dos casos são de mulheres negras ou pardas. A partir dos dados e argumentos apresentados percebe-se que o modelo econômico, associado à *cultura de morte* (HINKELAMMERT, 1983) da sociedade atual é quem dita às regras e o estilo de vida das pessoas, definindo quem deve viver ou morrer. Diante dessa situação, os jovens esbarram em sua própria impotência em lutar por uma vida digna e por outro mundo possível. Consequentemente, acabam conformando-se com as injustiças e não conseguem mais olhar ou sonhar para além dos limites impostos pelo sistema. Sufocados por essa realidade diatópica, excludente e alienante, muitos jovens em condições de vulnerabilidade social e os jovens de classes mais favorecidas são dominados pelo consumismo, imediatismo e individualismo. Além disso, na maioria das vezes essas patologias sociais estão associadas a transtornos mentais ou comportamentais que resultam ter pensamentos de automutilação ou suicídio (SAKAMOTO, 2018).

EXPLORANDO ALGUNS DADOS SOBRE O SUICÍDIO

O suicídio, por diversas razões, é um assunto sobre o qual não se fala, mas está presente em quase todas as famílias. Como afirma o teólogo Lúcio de Araújo Vale “A dor causada por um suicídio é silenciada na vida das pessoas e acumulada na história das famílias” (2017, p. 19). Por exemplo: quando acontece algum acidente de trânsito com trinta e duas vítimas fatais, o fato se torna manchete em todos os telejornais e é tema principal nas redes sociais e rodas de conversa. Todavia, igual número de pessoas dá fim à própria vida, diariamente, em nosso país, e pouco se reflete ou se tem notícia sobre o assunto. Isso ocorre por que o suicídio é uma tragédia silenciosa e silenciada, que não

costuma aparecer nos veículos de comunicação, devido a um tabu social que tende a ocultar a realidade dos suicídios (VALE, 2017).

Segundo a OMS, o suicídio já é considerado um problema de saúde pública, haja vista que mais de 800 mil pessoas no mundo morrem por suicídio a cada ano, ou seja, cerca de uma morte a cada 40 segundos, sendo considerada a segunda principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. Segundo publicação das Nações Unidas, estudos da OMS (2018), revelam que 75% dos suicídios ocorrem em países de renda média e baixa, podendo ser um indício de que o suicídio está relacionado diretamente com as desigualdades sociais. No Brasil, de acordo com dados do MS, em 2014, foram contabilizados mais de 16 mil casos de óbitos por suicídio. Na maioria dos países, que fazem parte das estatísticas da OMS, os números de vítimas por suicídio vêm sendo reduzido gradativamente nas últimas três décadas. Contrariando as estatísticas mundiais, o Brasil está entre os 08 países que continuam aumentando esses números a cada ano (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

O suicídio continua sendo mais frequente entre pessoas idosas, porém no Brasil, no decênio de 2000 a 2010 houve uma alta de 10,4%, na população em geral, observando-se um crescimento de 30% entre os jovens (SETEMBRO AMARELO, 2018). Em vista dessa realidade Vares (2017, p.22), citando Émile Durkheim, afirma que “[...] um aumento contínuo do número de suicídios constitui sempre um indício de uma subversão importante nas condições orgânicas da sociedade”. Segundo a pesquisa Violência Letal contra Crianças e Adolescentes do Brasil, de 1980 a 2013, “[...] os suicídios de crianças e jovens de até 19 anos aumentaram de 0,2% para 1% ao ano. Essa porcentagem de 0,8% de aumento corresponde, aproximadamente, a 788 jovens que perderam a vida anualmente nesse período”. (WAISELFISZ, 2015, p. 43). O suicídio corresponde a 4% do número total de óbitos de jovens entre 15 e 29 anos registrados no Brasil anualmente (BOTEGA, 2014, p.231).

Esse número expressivo de mortes por suicídio deve ser considerado mais amplamente, compreendendo no significado da palavra suicídio também a intencionalidade do sujeito, seu comportamento suicida, do que ao ato propriamente dito. Nesse sentido, Fairbair (1990) defensor desta posição, considera que as intenções devem

ser mais relevantes do que a própria consequência. Assim, o referido autor pontua que “[...] dever-se-iam considerar suicidas todos aqueles que intencionam a morte, mesmo que sua ação tenha sido malsucedida, denominando-se assim de dano pessoal suicida” (1990, p. 115). Essa mentalidade de automutilação e autocídio entre os jovens é entendida como um “comportamento suicida”, como define Botega:

[...] é todo ato pelo qual o indivíduo causa lesão a si mesmo, qualquer que seja o grau de intenção letal e de conhecimento do verdadeiro motivo desse ato. Uma definição tão abrangente possibilita conceber o comportamento suicida ao longo de um *continuum*: com base em pensamentos de autodestruição, passando por ameaças gestos, tentativas de suicídio e finalmente o suicídio (BOTEGA, 2015, p.431)

De acordo com Botega (2015) constata-se um crescimento considerável desse comportamento suicida entre os jovens, estimando-se que, a cada dez tentativas de tirar a própria vida, apenas uma termina em morte. Portanto, além dos casos consumados, existem muitos outros que sobreviveram a esse impulso suicida e precisam de ajuda para reencontrar um sentido para viver, por isso se recomenda trabalhar mais com a mentalidade suicida do que com o ato de suicídio já consumado. Isto pode ser constatado em pesquisa realizada por Botega (2015), em parceria com um grupo de pesquisadores da Universidade de Campinas (UNICAMP), envolvendo 515 pessoas entrevistadas aleatoriamente se constatou que:

[...] 17,1% dessas pessoas pensaram seriamente em suicidar-se em algum momento da vida, dessas que pensaram seriamente 4,8% chegaram a elaborar um plano suicida, entre as que pensaram seriamente 2,8% efetivamente tentaram o suicídio. No entanto, de cada três pessoas que tentaram se suicidar, apenas uma foi buscar ajuda em um pronto-socorro (BOTEGA, 2014, p. 233).

Esses dados mostram que os números de suicídio ou tentativas de suicídios registrados em algum serviço de saúde são apenas a ponta do *iceberg*, ou seja, uma pequena proporção daqueles que tem o chamado comportamento ou mentalidade suicida. Outro grande desafio, nessa área, é qualificar uma morte como causada por suicídio. Por exemplo: uma pessoa que se matou, jogando o próprio carro numa ribanceira ou embaixo de um caminhão, vai para as estatísticas como acidente de trânsito (VALE, 2017), além de

tantos outros casos de suicídio que são subnotificados como acidentes ou morte por causa indeterminada. Isto ocorre por diversos fatores: políticos, religiosos, sociais ou até por regulações de agências seguradoras, haja vista, que “[...] a morte por suicídio não é assegurada por nenhuma agência de seguros no Brasil” (VALE, 2017, p. 28).

Pensa-se que o suicídio é subestimado numa taxa de 20-25% em idosos e de 6 -12% em outras faixas etárias. Não existem registros mundiais oficiais de comportamento suicidas não fatais, (tentativas de suicídio), principalmente por que somente cerca de 25% dos que tentam suicídio buscam atenção médica. A maioria das tentativas de suicídio, portanto, permanecem não relatadas e não registradas (NAÇÕES UNIDAS, OMS, 2000, p.6).

Apesar desses dados preocupantes, ainda não existem políticas públicas eficientes do governo brasileiro para prevenir ou combater o suicídio. Para tentar reduzir esses números e suprir a indiferença do Estado, vários institutos filantrópicos ligados a organizações não governamentais (ONGs) ou as igrejas desenvolvem campanhas, entre as quais se destaca *Setembro Amarelo* e projetos de apoio e conscientização das pessoas que buscam ajuda, como o Centro de Valorização da Vida (CVV), entre outros. Apesar desses esforços, o suicídio continua sendo um assunto pouco discutido e o grito das vítimas continuam sufocados por tabus sociais e interesses econômicos de alguns grupos.

SOCIEDADE E SUICÍDIO: possíveis relações

Olhando para a sociedade atual, pode-se perguntar o que leva tantos jovens a tentar contra a própria vida? Então, voltando-se para a história, percebe-se que desde os primórdios da sociedade organizada existem pessoas suicidas. No entanto, como o foco desta pesquisa é buscar a relação da sociedade e seu modelo econômico atual com o fenômeno do suicídio juvenil, essa seção ater-se-á em alguns teóricos que perceberam e escreveram sobre esta problemática, a partir do auge da Revolução Industrial, quando o modo de produção capitalista passou a ditar o ritmo de toda sociedade. Dentre eles destaca-se o jovem Karl Marx, que já em 1846 se depara com a complexidade das motivações para o suicídio e as insere em sua obra intitulada *Sobre o suicídio*.

Não se pode pretender medir a sensibilidade dos homens usando-se uma única e mesma medida; não se pode concluir pela igualdade das sensações, tampouco pela igualdade dos caracteres e dos temperamentos; o mesmo acontecimento provoca um sentimento imperceptível em alguns e uma dor violenta em outros. A felicidade e a infelicidade têm tantas maneiras de ser e de se manifestar quantas são as diferenças entre os indivíduos e os espíritos (MARX, 2006, p. 24).

Concordando com Marx (2006), a resposta para essa questão não é simples, pois as motivações que levam os jovens a se matar perpassam por variáveis sociais, econômicas, psíquicas, religiosas, etárias, étnicas, geográficas, climáticas, sexuais e muitos outros fatores que seriam impossíveis de ser abordados todos em uma única pesquisa. No entanto, segundo Vares (2017) para se compreender as relações entre o modelo econômico e o fenômeno do suicídio, contemporaneamente, devemos voltar ao século XIX, quando a França era marcada por profundas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Vivia-se no auge da urbanização, industrialização, consolidação do modo de produção capitalista, da exploração do proletariado e das mazelas sociais decorrentes desse processo (VARES, 2017). Nesse período, o grande número de suicídio na Europa chamou a atenção de alguns pensadores, como Adolphe Quételet (1796-1874), André-Michel Guerry (1802-1866), Enrico Agostino Morselli (1852-1929), Karl Marx (1818-1883) e principalmente, de Èmile Durkheim (1858-1917), que passou a “[...] investigar o fenômeno do suicídio sob uma perspectiva sociológica, partindo da hipótese de que a sociedade determina a triste decisão da pessoa dar fim a sua existência” (VARES, 2017, p. 15).

Mesmo que as opiniões de Marx e Durkheim não sejam compatíveis no que se refere ao modelo ideal de sociedade, ambos concordam que a sociedade capitalista tem influência no suicídio de muitas pessoas, que a sociedade é apenas um dos fatores que pode levar a pessoa ao suicídio. Esta posição fica explícita quando Marx se depara com a complexidade das motivações para o suicídio e afirma que o mesmo pode ser derivado de um vício constitutivo da sociedade, haja vista, que os números aumentam em épocas de crise econômica. Para o filósofo alemão “[...] o suicídio não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral” (MARX, 2006, p.35). Além da miséria, o referido autor

cita várias outras razões que não estão ligadas diretamente a economia, mas, que levavam [e ainda levam] muitas pessoas a tirar a própria vida.

As doenças debilitantes, contra as quais a atual ciência é inócua e insuficiente, as falsas amizades, os amores traídos, os acessos de desânimo, os sofrimentos familiares, as rivalidades sufocantes, o desgosto de uma vida monótona, um entusiasmo frustrado e reprimido são muitas seguramente razões de suicídio [...] e até o próprio amor à vida, essa força enérgica que impulsiona a personalidade, é frequentemente capaz de levar uma pessoa a livrar-se de uma existência detestável (MARX, 2006, p.25).

Segundo Marx (2006) o suicídio é um dos sintomas da luta social, já que da forma como a sociedade capitalista está organizada, já é esperado o grande número de suicídios. O estudo dos casos de suicídios realizados por Marx apresenta uma crítica ética e social à sociedade francesa moderna, que depositava toda responsabilidade do suicídio na própria vítima, eximindo os mecanismos sociais das suas respectivas responsabilidades. Nesse sentido, olhando para sociedade de seu tempo, Marx, citando Jean-Jacques Rousseau, escreveu:

[...] a sociedade moderna é um deserto, habitado por bestas selvagens. Cada indivíduo está isolado dos demais, é um entre milhões, numa espécie de solidão em massa. As pessoas agem entre si como estranhas, numa relação de hostilidade mútua: nessa sociedade de luta e competição impiedosas, de guerra de todos contra todos, somente o que resta ao indivíduo é ser vítima ou carrasco. Eis, portanto, o contexto social que explica o desespero e o suicídio (MARX, 2006, p.16).

Por outro lado, distintamente de Marx, Durkheim busca olhar a sociedade como um todo, seu olhar volta-se não para a ação isolada deste ou daquele indivíduo, mas para a média de suicídios no interior de uma sociedade determinada (VARES, 2018). A partir dessa percepção, Durkheim investiga o fenômeno do suicídio em uma perspectiva sociológica, como um fato coletivo de ordem social e não psicopatológica. O sociólogo define suicídio “[...] como todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente, de um ato positivo ou negativo, executado pela própria vítima, que ela sabia que deveria produzir esse resultado” (DURKHEIM, 2014, p. 212). Desse modo, ele engloba como suicídio, tanto os casos de suicídios positivos diretos como os negativos indiretos. O caso positivo direto ocorre quando, o suicídio requer uma ação do autor e que resulta em morte imediata. Já, o

caso negativo indireto consiste em negar-se a fazer algo, sabendo que o resultado dessa ação negativa é a morte a médio ou longo prazo (VARES, 2017).

O sociólogo francês analisa os modelos de sociedades no final do século XIX a partir da família, da religião e do trabalho, percebendo que cada sociedade tem uma predisposição diferente ao suicídio. A partir dessa tríade, Durkheim procura demonstrar que o suicídio é resultado de um processo pelo qual a sociedade forma os indivíduos, pois, segundo ele, são as interrelações que o indivíduo tem com a sociedade que define sua predisposição ao suicídio. A partir dessas constatações elenca quatro tipos de suicídios: egoísta, altruísta, anômico e fatalista (PEDRO, 2018), que correspondem a uma patologia social. O suicídio **egoísta** é resultante de uma integração social muito frágil, em que o indivíduo tira a própria vida por não se ver vinculado a nenhuma instituição ou grupos social. O suicídio **altruísta** resulta de uma forte integração social, isto é, de uma identificação absoluta do indivíduo com a coletividade, a ponto de negar totalmente sua individualidade e, conseqüentemente, pode aumentar o risco de suicídio. O suicídio **fatalista** resulta da inflexibilidade das normas morais, em algumas situações pode produzir um grande desconforto, fazendo com que o indivíduo perca a motivação para viver (VARES, 2017). Por fim, o suicídio **anômico** que merece uma atenção especial nesta pesquisa, haja vista que suas características estão muito presentes na sociedade contemporânea, pois esse tipo de suicídio resulta do enfraquecimento dos mecanismos reguladores da sociedade, como educação, religião e família entre outros, e, geralmente se dá em fases de crises das estruturas sociais e econômicas (PEDRO, 2018).

O termo “*anomia*” foi cunhado por Durkheim e significa “ausência de normas”, uma etapa temporária, produto das rápidas transformações sociais, perda da fé (em seu sentido mais amplo) e das tradições. Essa etapa, para este autor, é superada a partir do momento que grupos de interesses determinam novas regras a fim de regulamentar o que se encontra “desajustado” na sociedade. (HERCULANO, 2006). Desse modo, o suicídio anômico ocorre pela decepção produzida pelo estilo da vida moderna; o suicídio egoísta se manifesta por um estado de apatia e pela ausência de vinculação à vida social; o suicídio altruísta, pela energia e pela paixão e o suicídio fatalista, pelo sufocamento produzido pela tensão entre desejos e os valores sociais internalizados (DURKHEIM, 2014) e nesta mesma

linha Marx (2006, p.44) afirma que “[...] a classificação das diferentes causas do suicídio deveria ser a classificação dos próprios defeitos de nossa sociedade.”

O pensamento central presente nas obras de Durkheim (2014), refere-se a impossibilidade de uma sociedade subsistir sem um conjunto de leis, normas, preceitos, valores e tradições que se impõem, mais ou menos coercitivamente, para ajudar o indivíduo a plasmar sua visão de mundo e a determinar o seu lugar no meio social. Com o advento da Revolução Francesa e a ascensão do modo de produção capitalista, as forças integrativas das instituições (estado, religião e família) foram relativizadas. Por outro lado, com a ascensão da indústria, do mercado e a divisão do trabalho no mundo moderno fez com que a ocupação profissional se tornasse o único meio capaz de preencher o vazio, limitar os desejos incontidos e estabilizar as relações entre o Estado e os indivíduos, já que os outros valores e instituições perderam seu poder de controle e integração social.

Voltando as ideias de Marx e Durkheim constata-se, que este último, não se opõe ao modo de produção capitalista, embora tenha preocupação com a criação de uma sociedade anômica, sem regras, embora reconheça que o suicídio é resultado dessa sociedade. Por outro lado, Marx vê no modo de produção capitalista o ponto central de todos os problemas sociais. No entanto, ambos concordam que as patologias sociais, no caso o suicídio, são sintomas de uma realidade *sui generis*, ou seja, uma realidade exterior e superior ao indivíduo – sintomas de uma sociedade doente (VARES, 2018). Olhando para a sociedade atual percebe-se que os indivíduos estão fragmentados, imersos num mundo líquido e consumista, sem um governo global que regule os mecanismos de mercado, de modo que a sociedade fica a mercê das políticas neoliberais sem regras definidas e os mecanismos reguladores estão a serviço do capitalismo globalizado (BAUMAN, 2011). Apesar do espaço temporal e os diferentes contexto de cada um dos autores, a sociedade anômica de Durkheim e a sociedade líquida de Bauman tem muitas semelhanças. Portanto, o suicídio anômico com uma nova roupagem midiaticizada pode ser uma das principais causas sociais que provocam o suicídio de jovens na contemporaneidade.

Segundo Aquino (2009) a anomia é uma característica das sociedades modernas que traz à sensação de vazio e à percepção de perda de valores. Quando a vida é percebida desta forma, o resultado pode ser a autodestruição, já que o indivíduo não encontra razão

para viver e superar as dificuldades. Todavia, atualmente, as patologias sociais, destacadas por Marx e Durkheim, assumem uma nova roupagem construída pelo *capitalismo mundial integrado* (GUATTARI, 1987) através da modelização das subjetividades e da midiaticização massificadora dos jovens, a ponto do ser humano assumir cada vez mais o *status* de mercadoria e a vida passa a ser apenas mais um bem de consumo. Pensamento semelhante Fairbair (1990, p.4) citando Chopman, escreve na abertura de seu livro *Reflexões em torno do suicídio*, que “com a morte, a pessoa deixa de se envolver num relacionamento interpessoal e se torna numa coisa que os contemporâneos sepultam debaixo da terra. O ato pelo qual a pessoa se transforma a si mesma numa coisa chama-se suicídio.” Nessa afirmação Chopman não considerava os mecanismos sociais ou psíquicos que levam o ser humano a tornar-se uma coisa, ou tirar a própria vida. Neste sentido, Chagas (2013), recordando as palavras de Marx, enfatiza a condição trágica da subjetividade no processo de coisificação e anulação dos sujeitos.

Marx destaca a produção de uma subjetividade mutilada, esvaziada, para qual a realidade aparece como um mundo exterior; quer dizer, o sujeito desconhece o mundo e a as condições pelas quais se produzem a sua própria existência, percebendo o mundo, a existência real, como fora dele, externa e alheia a ele, e não como um produto de seu próprio trabalho, de sua própria subjetividade (CHAGAS, 2013, p. 63).

Em sua obra clássica *O capital* (2002), Marx “[...] anuncia a morte do sujeito em condições fetichizadas, em que mesmo livres e conscientes, tornam-se coisas vivas de ordem mercadológica, por isso manipulável pelo mercado” (CHAGAS, 2013, p. 70). Como diz Bauman (2009, p.45), “[...] no ápice da era líquida, o ser humano se despersonaliza e adquire o estatuto de coisa a ser consumida, para em seguida vir a ser descartado por outrem.”

Neste ponto Bauman (2007) afirma que, diferentemente da sociedade de produtores, os séculos XIX e XX, onde a força de trabalho foi transformada em mercadoria, a modernidade líquida é singularizada pela mercadorização do próprio ser humano. Essa constatação é confirmada pelo avanço da publicidade e do mundo virtual por meio das redes sociais, exemplos que mostram o engajamento e a preocupação dos indivíduos com a autopromoção de seus atributos físicos, intelectuais e materiais

(BITTENCOURT, 2018). Em vista disso, afirma Bauman (2007, p. 34), “numa sociedade de consumidores, tornar-se uma mercadoria desejável e desejada é a matéria de que são feitos os sonhos e os contos de fadas.”. Nesta mesma linha, Guattari e Rolnik (1996, p.42) destacando os mecanismos de formação das subjetividades, afirmam que:

[...] a ordem capitalista produz os modos de relações humanas até em suas representações inconscientes: o modo como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se fala, [...] em suma ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo.

Apesar de Guattari e Rolnik discordarem em alguns pontos do pensamento de Marx, no que diz respeito a amplitude do poder do capital para além das relações econômicas, seus pensamentos são concordantes, quando Marx afirma que:

[...] a crítica da sociedade burguesa não se pode limitar à questão da exploração econômica – por mais importante que seja. Ela deve assumir um amplo caráter social e ético, incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos. A natureza desumana da sociedade capitalista fere os indivíduos das mais diversas origens sociais (MARX, 2006, p.17).

Segundo Camargo (2018, p.71), “[...] o capitalismo contemporâneo é mundial e integrado por que potencialmente colonizou o conjunto do planeta e tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora do seu controle”. Esse modelo é denominado por Guattari e Rolnik (1996) como Capitalismo Mundial Integrado (CMI), onde os padrões de subjetividade impõem-se aos sujeitos como a única alternativa possível, o que os obriga a sujeitar-se ao sistema. Segundo estes autores existe apenas uma cultura, a capitalista, que permeia todos os campos das expressões semióticas, desde a cultura popular até a erudita. E, dependendo do contexto, ela define os padrões a serem seguidos, impondo uma homogeneização sociocultural, que nega as singularidades e a heterogeneidade particular de cada cultura, por meio de um conjunto de operadores sociais modeladores, que são usados pelo capitalismo mundial integrado para ter controle total de todos os níveis da sociedade (LUEDKE, 2017).

Os operadores que atuam nesta produção das subjetividades valem-se do saber moderno que, tomando o homem como objeto de estudo, o esquadrinhou sob os recortes da psicologia, sociologia, antropologia, da pedagogia e das ciências humanas em geral. Este saber, como instrumento de exercício de poder, norteia a utilização de novas tecnologias de comunicação de massa e de informatização, bem como a utilização de novos equipamentos coletivos, para uma efetiva intervenção sobre o inconsciente das pessoas agenciando devires, mobilizando desejos, anseios e outras intensidades segundo um conjunto de códigos previamente estabelecidos a partir dos quais as performances individuais se desenrolam em função dos interesses daqueles que as agenciam (GUATTARI, 1987, p. 171).

Sobre a capacidade destruidora do modelo capitalista, Marx já alertava que “o modo de produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social, ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: da terra e do trabalhador” (2002, p.133). Ou seja, a dignidade da vida humana não é considerada no processo de produção, e, caso haja algum dano contra a vida, este será apenas um detalhe sem importância, diante do objetivo final do “sistema de morte”, que é o lucro e a máxima produtividade (HINKELAMMERT, 1983). Esse conceito ajuda a compreender a condição juvenil na sociedade contemporânea, onde a produção de subjetividade está intricadamente relacionada com o modo de produção capitalista neoliberal e as desigualdades sociais entre os jovens (LUEDKE, 2017).

SUICÍDIO JUVENIL E OS MECANISMOS DE MANIPULAÇÃO: como superar?

Não há dúvida de que os operadores sociais modelam as subjetividades dos jovens, por meio dos equipamentos coletivos, dos meios de comunicação, da publicidade e outros meios semióticos que estão a serviço do mercado e por sua vez influenciam nos níveis mais íntimos da vida humana provocando ações e reações muitas vezes drásticas. Considerando as condições de vulnerabilidade socioeconômica, psicoativas e interrelacional da maioria dos jovens da geração “Z”⁶ percebe-se que muitos não suportam a pressão do sistema, e desenvolvem problemas de saúde mental e crise existencial, como nos casos de depressão,

⁶ Segundo Sakamoto, na linguagem moderna a juventude é classificada por letras, conforme sua geração e interação com as novas tecnologias. Os jovens de 21 á 35 são identificados como a geração “Y” e os jovens de 12 á 20 anos correspondem a geração “Z”. Esses últimos representam um modo de ser e fazer da era cibernética, isto é, “comportamentos ágeis e instáveis, sentimentos de insatisfação e humor irritável, com tendência ao individualismo” (SAKAMOTO, 2018, p.6).

isolamento, supressão das utopias, e, por conseguinte, a perda do sentido de viver, a ponto de muitos chegarem ao suicídio (SAKAMOTO, 2018).

Assim, “[...] o jovem do século XXI vive, pensa e age na velocidade das tecnologias e na superficialidade das relações virtuais” (SAKAMOTO, 2018, p.4) tornando-se, segundo o referido autor, apenas mais uma vítima de um sistema social que controla, isola, escraviza e mata sem ser percebido. Ou seja, a mentalidade suicida, vai sendo construída gradativamente, como um elemento normal (aceitável) da sociedade do consumo, envolvendo, imobilizando e alienando os jovens, de tal modo que não conseguem olhar para além das barreiras ideológicas, econômicas e sociais que lhes são impostas pelo sistema dominante. Olhando para a realidade social da juventude brasileira os pesquisadores Campos e Barbalho (2011) afirmam que os meios de comunicação contribuem significativamente para tornar a percepção das desigualdades sociais menos visíveis, uma vez que, os modelos midiáticos de jovens se inspiram nas classes médias e altas. “Como resultado desse processo é possível que os setores populares identifiquem o ‘ser jovem com modelos televisivos’ Portanto, fictícios fora da realidade em que a maioria dos jovens vive atualmente no Brasil” (CAMPOS; BARBALHO, 2011, p. 4).

Desse modo, criam-se jovens midiaticizados que buscam representar na vida real aquilo que veem na ficção, onde os personagens vivem contextos de pleno acesso à escola, às atividades esportivas, aos cursos de idiomas, ao *shopping*. Enfim, jovens que possuem plenas condições para viver a *moratória social* e conservar sua força vital por mais tempo, o que não acontece com os jovens das classes populares. Nesse caso, Fischer (2005, p.48) elucida com um exemplo apresentado pela telenovela *Malhação*, cujo “[...] programa destaca o quanto adolescente [jovem] é um ser de classe média, que se reduz a sexo, a escolhas amorosas, a escola e a conflitos familiares [...]”. Destacando a influência da *cibercultura* no condicionamento das juventudes brasileiras, Sakamoto (2018) lembra que, a natural vitalidade juvenil [*moratória vital*] associada à velocidade das tecnologias, das relações imediatas e superficiais e da busca desesperada por novidades, fazem dos jovens do século XXI consumidores ideais. No entanto, alienados pela sociedade do consumo deparam-se com um vazio existencial e já não encontram razões para viver.

Dessa forma, as patologias estruturais da sociedade capitalista neoliberal afetam diretamente no sentido existencial e subjetivo dos jovens, a ponto de perderem suas características juvenis essenciais, como o desejo de renovação em virtude da uma posição criativa, mobilizadora e crítica da ordem social. Pelo contrário, os jovens assumem uma função de reprodutores de comportamentos apresentados pela mídia e por outros elementos semióticos controlados pelo capitalismo mundial integrado (SAKAMOTO, 2018).

Esse problema estrutural da supressão da *moratória social* e vital, resultante das desigualdades sociais e das influências dos meios semióticos da *cibercultura* na modelização das subjetividades juvenis, podem ser umas das grandes razões da desesperança, individualismo, supressão das utopias transformadoras e, conseqüentemente, na mentalidade autodestrutiva dos jovens, que vai sendo construída, gradativamente, como um elemento natural (aceitável) da sociedade capitalista (SAKAMOTO, 2018). Segundo Batista (2004, p.16) “[...] a maioria das pessoas que tentaram suicídio sentiam um grande vazio existencial e desesperança.” Essa falta de esperança também pode ser denominada de falta de utopia ou *distopia*, um mal que está cada vez mais presente entre os jovens na contemporaneidade. Estes sentimentos estão diretamente relacionados à saúde e a falta de motivação para viver e transformar a sociedade, pois, “[...] a vida, só é tolerável quando percebemos nela alguma razão de ser, quando ela tem um objetivo, e que valha a pena” (DURKHEIM, 2014, p. 260). Assim, percebe-se que a sensação de vazio existencial ou perda de sentido de vida está relacionada com a intenção de cometer suicídio.

O suicídio, por si só, já é um tema bastante complexo e quando se trata de suicídio juvenil ele se torna ainda mais complexo, devido aos muitos fatores que envolvem essa fase da vida: as transformações físicas, crises afetivas, de identidade e de aceitação, gênero, opção sexual, condição social e econômica que somados ou isolados deixam o jovem em uma condição de vulnerabilidade social maior que os adultos e que podem levá-lo a uma situação de sofrimento que chega às raias do insuportável, a ponto de pensar que a única forma de acabar com o sofrimento, é tirando a própria vida (BOTEGA, 2015). Como afirma Vale (2017, p. 18), um indivíduo atenta somente contra a própria vida, “[...] quando ele não

consegue ver outra saída para acabar com a dor, o sofrimento ou a angústia que está sentindo.” Em outras palavras, o jovem só vai tirar a própria vida quando não tem mais utopia, ou não consegue ver além do horizonte e do sofrimento que está sentindo. Nessa direção, como observa Boff (2003, p.91), “[...] para superarmos a crise precisamos elaborar um novo sonho e articular um novo sentido de vida,” ou seja, o jovem precisa voltar a sonhar. Diante das incertezas e valores líquidos da pós-modernidade, Bauman (2009) afirma que sonhar para além dos horizontes visíveis [utopia] é um ingrediente fundamental para a vida humana, pois,

a incerteza é o habitat natural da vida humana – ainda que a esperança de escapar da incerteza seja o motor das atividades humanas. Escapar da incerteza é um ingrediente fundamental, mesmo que apenas tacitamente presumido, de todas e quaisquer imagens compósitas da felicidade. É por isso que a felicidade “genuína” adequada e total sempre parece residir em algum lugar à frente: tal como o horizonte, que recua quando se tenta chegar mais perto dele (BAUMAN, 2009. p. 31-32).

O conceito de utopia, empregado nesta pesquisa como um instrumento fundamental para dar sentido à vida humana, foi cunhado por Ernest Bloch na obra *O Princípio Esperança*, escrito em 1959, onde define que:

[...] Utopia é a expressão de um imaginário de sociedade desejada pela humanidade. Trata-se de um horizonte que, como perspectiva de realização, encontra-se sempre adiante da condição humana. O imaginário – a utopia – de uma sociedade na qual caibam todos e todas é o horizonte necessário e salutar à humanidade. A partir desse imaginário, desponta o princípio que orienta os passos de uma sociedade que busca construir projetos – que inclui as instituições – de um mundo sustentável e inclusivo. A utopia está sempre adiante, sinalizando o caminho da transformação (BLOCH, 2005, p. 34).

Percebe-se que este conceito vai muito além da espera estática e inócua pela ação transcendental, pois, subentende-se aqui, uma utopia possível, uma esperança concreta capaz de abrir um novo horizonte para a vida, um sonho possível, “[...] a ação do já em vista do ainda não visível” (BLOCH, 2005, p. 34). Neste mesmo sentido, Boff afirma que “[...] o horizonte de esperança que está surgindo num patamar de consciência que, por sua vez, se assenta sobre uma nova experiência: a experiência de que outro mundo é possível” (2003, p. 111). Trata-se de um viver guiado pela esperança, comprometido com a realidade

histórica e que a esperança não se resume apenas ao âmbito religioso, mas é, antes de tudo, uma dimensão antropológica que implica na responsabilidade social e política do presente. Portanto, percebe-se que a utopia é uma força propulsora que auxilia muito a suportar as adversidades, os momentos difíceis e dolorosos. Quando o jovem tem uma utopia, uma razão pela qual lutar, encontrará força para superar as adversidades que aparecerem, e assim, não ficará preso no seu individualismo e se abrirá para a alteridade (LUEDKE, 2019). Nesse sentido, a utopia é vista como um caminho de prevenção ao suicídio, tendo em vista que ela dinamiza a existência, perpassando toda a história pessoal do indivíduo e sua capacidade para vislumbrar as possibilidades do futuro a uma vida de felicidade, dando-lhe nova razão para viver a cada dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar esse trabalho constata-se que o suicídio juvenil é um problema de saúde pública e, portanto, requer uma atenção especial dos órgãos públicos. A partir da leitura de vários autores percebe-se que o suicídio é resultado de comportamentos coletivos da sociedade, de uma sociedade doente. As patologias sociais oriundas do modo de produção capitalista têm influenciado, sobremaneira, o comportamento suicida dos jovens de forma direta e indireta, devido às desigualdades sociais, decorrentes da organização estrutural do capitalismo neoliberal integrado, que se caracteriza pelo individualismo, exclusão, competitividade, modelização das subjetividades, opressão das minorias, perda das utopias transformadoras, que resultam não somente no suicídio, mas também em muitas outras formas de violências contra os jovens.

Observa-se também que essa desigualdade social afeta com mais intensidade as classes populares, uma vez que subtrai do jovem as condições para viver plenamente sua jovialidade, já que deve submeter-se a exploração do mercado de trabalho para garantir o seu sustento e o da sua família, além das ideologizações mercadológicas difundidas pelas mídias de massa e outros meios semióticos, que levam os jovens a criar modelos mediatizados e fictícios. Essa frustração advinda dos modelos apresentados pela mídia e a vida real dos jovens das classes populares, leva-os a um vazio existencial, a perda do

sentido para viver, conseqüentemente, recorrem a automutilação e ao suicídio como a única forma de materializar o sofrimento e a angústia que estão sentindo. O desejo de morte proveniente dessa sociedade só poderá ser transformado a partir de diálogos reflexivos, que busquem alcançar a emancipação do sujeito, por meio de políticas públicas para a juventude, afim de que todos os jovens tenham as mesmas condições de desenvolvimento para viver sua jovialidade. Enfim, que o jovem volte a sonhar com um novo mundo possível, assumindo sua posição de resistência contra este sistema perverso que isola, aliena, mutila e mata discretamente. Nessa direção, a utopia surge como um instrumento fundamental para dar sentido à vida humana e principalmente para os jovens, pois a utopia é a expressão de um imaginário de uma sociedade ideal, que se encontra sempre no horizonte, que não pode ser tocada ou vista claramente, e, é a partir desse imaginário que passos são dados para transformação da sociedade e se constrói a experiência de que outro mundo é possível como afirma Bloch (2005). Desse modo, a vida do jovem ganha um novo sentido e uma nova razão de ser a cada dia, principalmente por esta etapa da vida apresentar um potencial de transformação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Desigualdade social é a grande causa da violência entre jovens, afirma pesquisa do IPEA. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=4600&cod_canal=3>. Acesso em: 18 de jun. de 2013.

AQUINO, Thiago A. Atitudes e intenções de cometer o suicídio: Seus correlatos existenciais e formativos. 2009. Tese (Doutorado). URPA. João Pessoa. Disponível em: <http://www.vvgouveia.net/en/images/Teses/Aquino_T._A._A._2009.pdf.pdf> Acesso em: 18 out. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. A Ética é possível num mundo de consumidores? Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

_____, Zygmunt. Tempos Líquidos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____, Zygmunt. A arte da vida. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BITTENCOURT, Renato N. Do amo socrático ao mor líquido. Revista Húmus, Set/Out/Nov/Dez. 2012. Nº 6. Disponível em <<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/1547-14992-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

BLOCH, Ernst. O Princípio Esperança. VI. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005.

BOFF, Leonardo. Civilização planetária: desafios à sociedade e ao cristianismo. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BOTEGA, Nery. J. Crise suicida: avaliação e manejo. Porto Alegre: Artmed. 2015.

_____, J. Comportamento suicida: epidemiologia. Psicologia USP. Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, v. 25, n.3, p. 231-236. 2014.

BRASIL. Ministério de Saúde. Estatísticas vitais, mortalidade. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS>>. Acesso em: 29 set. 2013.

CAMARGO, A. C; GUATTARI, Felix: o capitalismo mundial integrado. In: VII Seminário de Pós-graduação e Filosofia da UFSCar, 2011, São Carlos, p.69-76. Anais eletrônicos. São Paulo, UFSCar, 2011. Disponível em: <<http://ufscar.br/~sempgfil/wpcontet/uploads/2012/05/andrecamargo.pdf>> Acesso em: 03 abr. 2018.

CAMPOS, Tarciana; **BARBALHO**, Alexandre. Juventude e espaços sociais: uma análise conceitual. Passagens. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFC, Jun 2011, vol 2, ISSN 2179-9938. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/1152-1954-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

CHAGAS, E. F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, maio/ago. 2013.

DURKHEIM, Émile. O Suicídio: estudo de sociologia. Tradução de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Edipro, 2014.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. Adolescência e Saúde. V. 2, nº 2, p. 6-7, abr/jun, 2005. Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167> . Acesso em: 2 dez. 2018

ESTATUTO CRIANÇA E DO ADOLESCENTE–ECA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 09 out. 2018.

ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. (Orgs.). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO. 2007, p. 21-56.

FAIRBAIR, Gavin j. Reflexões em torno do suicídio: A linguagem e a ética do dano pessoal. São Paulo: Paulus. 1990.

FISCHER, R. M. B. Mídia e juventude: experiências do público e do privado na cultura. Cadernos CEDES, v. 25, n. 65, p. 43-58, abr. 2005.

FRANCISCO. Deus é Jovem: uma conversa com Thomas Leoncine. Tradução de João Carlos Almeida. São Paulo: Planeta, 2018.

FRANCO, Ana Carolina Farias et al. Algumas interrogações acerca das produções midiáticas sobre a juventude. Fractal, Revista de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 415-428, maio/ago. 2014.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GROPPO, Luis A. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise das juventudes. Última Década, Nº33. CIDPA Valparaíso, p. 11-26, dez. 2000.

GUATTARI, Félix. Revolução Molecular. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

_____, Felix; ROLNIK, S. Micropolítica: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes. 1996.

HALL, Stuart. A identidade em questão. A identidade cultural da pós-modernidade. DP&A editora. 2005, p. 12-13. Disponível em: <<https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/hall-stuart-a-identidade-cultural-na-pos-modernidade.pdf>> Acesso em: 02 set. 2018.

HINKELAMMERT, Franz. As armas ideológicas da morte. São Paulo; Paulinas. 1983.

_____, Franz. Crítica da razão utópica. São Paulo: Paulinas, 1986.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2017, 2017.

LIBÂNIO, João Batista. Juventude: seu tempo é agora. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2008.

_____, João Batista. Para onde vai a juventude? Reflexões pastorais. São Paulo: Paulus. 2011.

LUEDKE, Eugênio F. Aspectos sociopolíticos da juventude católica de Florianópolis e as influências do capitalismo. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso de Especialização em Educação em Realidade Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2018.

_____. A esperança cristã como força utópica para superação do suicídio juvenil: Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Bacharelato em Teologia, Faculdade Católica de Santa Catarina (FACASC), Florianópolis, 2019.

MANNHEIM, Karl. Educação e sociedade: a educação como processo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1978.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: ARIOVICH, L. et al. La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARX, Karl. Sobre o suicídio. São Paulo: Editorial Bointempo, 2006.

_____. O Capital: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, Livro I, Volume 1.

NAÇÕES UNIDAS. OMS. Suicídio é responsável por uma morte a cada 40 segundos no mundo. Disponível em: <<http://naçõesunidas.org/oms-suicidio-é-responsavel-por-uma-morte-a-cada-40-segundos-no-mundo/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

PEDRO, Jullyanne R. O suicídio enquanto um fenômeno sócio-histórico: possíveis atuações e desafios da Psicologia. II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde – COBRACIS. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV071_M D1_SA5_ID1568_30042017192612.pdf> Acesso em: 16 out. 2018.

SAKAMOTO, Cleusa. A fase da juventude. Vida Pastoral. Ano 59, n. 322, 2018.

SOARES, I. O.; **FLEURI**, L. L.; **CAMERA**, H. (org) Juventude e Dominação Cultural; São Paulo: Paulinas, 1982.

SOUSA, Ney de. Ação Católica Militância Leiga no Brasil: Méritos e Limites. Revista de Cultura Teológica (PUCSP), São Paulo, v. 14, n. 55, p. 40-59, abr./jun, 2006.

SETEMBRO AMARELO. Disponível em: <<http://setembro-amarelo.org.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SPADARO, Antonio. Ciberteologia: pensar o Cristianismo nos tempos da rede. Tradução: Cacilda Rainho Ferrante. São Paulo: Paulinas, 2012.

VALE, Lucio A. E Foram deixados para traz: Uma reflexão sobre o fenômeno do suicídio., São Paulo: Edições Loyola, 2017.

VARES, Sidnei F. O problema do suicídio em Émile Durkheim. Revista do Instituto de Ciências Humanas, vol. 13, nº 18, p. 13-36, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/15869-59521-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

WAISELFISZ, Júlio J. Violência Letal contra Crianças e Adolescentes do Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/Violencia_Letal_web.pdf>. Acesso em 30 mai. 2019.

ZIKMUND, W. G. Business research methods. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.